

POLÍTICA E COMUNIDADE NA GRÉCIA: TENDÊNCIAS RECENTES DA HISTORIOGRAFIA

José Antonio Dabdab Trabulsi**

Resumo:

Este trabalho pretende identificar e analisar algumas tendências recentes da historiografia sobre a Grécia antiga, em relação com as transformações em curso no mundo atual, em especial nos campos da política e da vida comunitária.

Palavras-chave: *historiografia; Grécia antiga; política; comunidade; século XXI.*

Entramos num novo século. Ainda que sempre seja difícil determinar, no calor dos acontecimentos, os limites de uma periodização histórica, nós todos sentimos que o mundo mudou e que ele continua mudando numa grande velocidade: os excessos e os estragos do ultraliberalismo em matéria de economia; as deficiências e os impasses da democracia representativa, cada vez menos adaptada ao governo de nossas sociedades “online”; a revolução tecnológica introduzida pela internet, que muda nossos modos de vida; a globalização e seus efeitos de transformação e de desequilíbrio; as mudanças geopolíticas, com a emergência de novos atores, especialmente a China – finalmente “acordada”, depois de uma época contemporânea (os últimos dois séculos) que significou para ela apenas um parêntese infeliz na sua brilhante história multimilenar –, que recomeça a ocupar seu lugar de protagonista na história mundial; as hesitações da construção europeia que, depois de avanços contínuos durante décadas, parece hesitar,

* Recebido em 09/09/2013 e aceito em 07/10/2013.

** Professor titular de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

até com risco de se romper; a “guerra das civilizações”, com seu cortejo de intolerâncias e de terrorismos diversos, e seus efeitos colaterais terríveis representados pelo recuo “tribal” e pela tentação “identitária”; a volta das guerras de médio e de grande alcance, com seus efeitos destruidores; a angústia ecológica, que faz temer, com ou sem razão, o pior para o planeta. Todas essas mudanças não podem deixar de ter repercussões na visão que nós temos do passado, inclusive do passado longínquo. Ora, nós, especialistas da Antiguidade, somos os depositários de um conhecimento, de um tesouro, mas de um tesouro em perigo. A “crise dos clássicos” é, ela própria, como sabemos, uma grande constante dos nossos estudos. Mas todos nós percebemos, mais ou menos claramente, que esse perigo nunca foi tão grande quanto hoje. Defender os nossos estudos exige compreender seu lugar no mundo em que vivemos. O que proponho aqui é uma modesta contribuição a esse esforço coletivo indispensável.

Estes últimos dez anos viram uma forte renovação nas temáticas, nas abordagens, nos debates relativos à história da Grécia antiga. Para situar um pouco o interesse pelos diversos períodos, poderíamos dizer que a época arcaica perdeu um pouco da atratividade que teve no momento dos grandes trabalhos inovadores de Sally Humphreys, de Jean-Pierre Vernant, de Marcel Detienne, e que ela deu menos o “tom” dos estudos sobre a Grécia, sem dúvida com a diminuição relativa do interesse pela antropologia do mundo antigo. No conjunto da produção, do ponto de vista quantitativo, a época clássica reencontrou, então, a preponderância de que tinha desfrutado antes daquela geração renovadora, e ela reúne a maior parte da produção, pelo menos no panorama dos livros de história. Mas a maior novidade é, sem dúvida, o grande crescimento do interesse pela época helenística, em especial com uma massa impressionante de trabalhos e de biografias sobre Alexandre. Tal reequilíbrio é salutar à profissão, sem dúvida, mas é um sintoma do menor interesse, ou pelo menos de um interesse diferente, pela política na cidade-Estado. A política na cidade-Estado foi, durante mais de um século, o maior centro de interesse no campo da história grega antiga. As democracias ocidentais se reconheciam, ou tentavam se reconhecer no exemplo da democracia ateniense, e muitos dos seus líderes, na figura de Péricles. Poderíamos nos perguntar se isso não perdeu uma parte de sua pertinência. Outros tipos de interesse se renovaram, por exemplo, com o retorno da biografia e dos estudos sobre a guerra. Questões na ordem do dia do mundo atual, como a ecologia, a delação, o politicamente correto, a

vida familiar e comunitária, o lugar dos estrangeiros, entre outros, fizeram irrupção na bibliografia sobre a Grécia antiga. É, portanto, por tudo isso que devemos nos interessar hoje em dia, para tentar compreender as relações entre a produção no nosso campo de estudos e a evolução do mundo tal como se desenrola sob os nossos olhos. Precisamos também tentar medir um pouco a pertinência da história antiga na cultura contemporânea, e seu futuro possível. Somos guardiães de um tesouro recebido em herança, mas um tesouro ameaçado pelas evoluções recentes do mundo. Compreender como isso se passa pode, talvez, nos ajudar a melhor fazer viver essa herança.

Vamos tentar, pelo menos, delinear alguns aspectos de tudo isso através do exame de algumas obras recentes que considero importantes. Começamos pela política.

A questão da memória tem se afirmado como uma das principais preocupações da política contemporânea. Numa pesquisa centrada num momento específico da história ateniense, Julia Shear (SHEAR, 2011) examina as revoluções oligárquicas do final do V século e as respostas encontradas pelos democratas atenienses. A autora coloca os temas mais importantes de seu trabalho: as questões da memória e do esquecimento, e de suas consequências. As analogias com os contextos de esquecimento, de memória e de reconstrução cívica em outros períodos da história são numerosas e muito esclarecedoras, com exemplos da Segunda Guerra mundial, Japão e Alemanha, sobretudo o holocausto judeu, assim como o pós-apartheid na África do Sul, dentre outros. Os exemplos latino-americanos não são levados em conta. A autora coloca também as bases de uma discussão sobre os processos de criação de uma memória coletiva, especialmente em relação com a ritualização da memória. Sobre o momento 410, mostra brilhantemente que os textos e as *stelai*, enquanto presença permanente e monumental no espaço público, tornam-se testemunhos permanentes e provas materiais do processo democrático. Cada olhar, cada leitura, atualiza a democracia, que não permanece limitada às suas horas institucionais de funcionamento. Em conjunto, as inscrições redefiniram e reformaram o espaço da Ágora enquanto espaço democrático, e não apenas enquanto espaço social ou cívico. As leis e outras inscrições permitiram ao *démos* criar uma nova relação com o passado, fazendo das figuras icônicas de Drácon, Sólon e Clístenes um patrimônio democrático e não oligárquico. Os democratas escreveram assim seu “novo” passado na topografia da cidade. Atenas se tornou democrática “desde sempre”, por assim dizer. As medidas tomadas pelos

democratas resultavam num apagamento do episódio oligárquico, e nem mesmo o afastamento dos inimigos da democracia se tornou objeto de lembrança ou de comemoração. É como se eles nunca tivessem existido, como se a cidade tivesse sido, desde sempre e sem interrupção, democrática. A oligarquia e a tirania se tornam “impensáveis”. Shear mostra, através de uma apresentação da arqueologia desse momento, a mutação da *Ágora* (de espaço multiuso a espaço da democracia). Delineia-se, assim, aquilo que a autora chama uma “*politics of memory*” (p. 159). Por volta de 405, a cidade que tinha se tornado de novo uma democracia, tinha também um passado democrático, e nenhum outro; a oligarquia tinha sido publicamente esquecida. Ora, sendo a *stasis* algo impossível de comemorar, os democratas de 410 tinham preferido esquecê-la; mas isso tinha permitido o seu retorno em 404. Então, após o segundo golpe oligárquico, foi preciso agir de outra maneira – donde a opção por esquecer a palavra *stasis* no relato e tratar os eventos como uma guerra estrangeira. Os sacrifícios, as oferendas, os elogios, tudo seguiu o modelo de um conflito externo. As lutas civis foram apresentadas como batalhas vencidas. A ereção de troféus e a construção de um túmulo para os lacedemônios mortos seguiu a mesma lógica. Isso permitia isolar os Trinta e seus mais próximos colaboradores enquanto inimigos externos, preservar os outros e os reunificar com os democratas. Segundo a autora, é o momento em que a tirania deixa de ser o único espantelho do regime democrático; doravante, a democracia é também definida como não sendo uma oligarquia. Há também uma mudança importante, uma distinção mais nítida entre lei e decreto; a passagem obrigatória das leis pelo exame dos nomotetas, tornando o processo legislativo mais lento e mais controlado, teve por resultado (e, sem dúvida, por razão de ser) uma maior estabilidade do regime, que não podia mais ser derrubado por um golpe de força circunstancial numa Assembleia atípica. A tarefa para os candidatos à tirania ou ao golpe oligárquico tendo em vista uma revolução antidemocrática se encontrava consideravelmente entravada. Essa mudança de procedimento legislativo foi, portanto, em parte, uma resposta aos Trinta. E, em função disso, penso eu, foi um desejo do povo, e não uma limitação de seu poder, como pretende a célebre tese de Ostwald. Quanto a este ponto específico, não concordo com Shear, que segue, até certo ponto, a opinião de Ostwald quanto a uma limitação do poder do povo (p. 309) em seguida a essa inovação.

Outra tendência da historiografia recente é um movimento que eu qualificaria de “descentramento” da política grega em relação a Atenas. Esse

movimento é sensível em livros importantes como **AlternativestoAthens** (R. BROCK, S. HODKINSON, 2000) ou **UnthinkingtheGreek Polis** (VLASSOPOULOS, 2007). Com o livro de E. Robinson (ROBINSON, 2011) sobre as outras democracias gregas que não Atenas, estamos plenamente nessa temática da “diversidade”. De acordo com sua análise, ficamos impressionados com a diversidade das experiências, com a variedade das estruturas constitucionais e, sobretudo, com a grande variedade do vocabulário institucional dessas democracias. O fato de colocar de lado o poderoso modelo ateniense permite ao autor ver coisas normalmente ocultas; por exemplo, práticas de delegação de poder (escolha de magistrados que, em seguida, escolherão os dirigentes da cidade) que não estão muito longe de uma prática “representativa” da democracia. Num conjunto de aproximadamente 700 cidades (Hansen conta 1000 cidades para a totalidade da história grega) que nós conhecemos pelo menos através do nome, o autor consegue identificar períodos de democracia em um pouco mais de 50 dentre elas – o que é muito significativo, pois muitas dessas centenas de cidades não são para nós, justamente, mais que um simples nome. Suas conclusões principais são que há muito mais democracias à medida que entramos no coração da época clássica, com um pico entre 440 e 420; as democracias não são concentradas numa região do mundo grego, mas disseminadas em toda parte; não houve promoção sistemática da democracia nas outras cidades, e Atenas soube se acomodar muito bem com regimes não democráticos. Atenas teve grande prestígio, e seu sucesso certamente inspirou imitações. É apenas com o início da guerra do Peloponeso que Atenas parece ter imposto ou mantido pela força ou pela pressão algumas democracias – mas, segundo o autor, numa atitude “defensiva”, para não fragilizar suas posições no mar Egeu, e não por razões políticas, no sentido ideológico. Ele se pergunta como funcionavam as “outras” democracias. E rejeita as classificações entre democracias radicais, moderadas, etc., assinalando, com razão, que as fontes antigas (e até as fontes atenienses) não são atencêntricas e falam da democracia como um regime político grego entre outros, largamente presente na época em toda a área de cultura grega. Não há uma “verdadeira” democracia “completa” – a ateniense – e as outras: cada uma tem a sua história e o seu percurso. Foram os modernos que criaram essa centralidade ateniense. A partir dos elementos considerados como constitutivos da democracia por Aristóteles e outros, o autor defende que nós encontramos todos eles – ou quase todos – nas outras democracias da

Grécia. Apresenta os elementos e os casos presentes nas fontes: supremacia política do *démos* – em Argos, Corinto, Élis, Mantinéia, Siracusa e muitas outras cidades; força do *démos* nos tribunais e uso “político” da justiça para reforçar o poder popular – em Argos, Heracleia do Ponto, Sicione, Gela, Córcira, Rodes, etc.; pressão política e econômica dos pobres sobre os ricos, através de impostos, abolição de dívidas, redistribuição de terras, multas muito caras, e outros meios – constatados em Mantinéia, Cós, Gela, Tebas, Crotona, Rodes e outras; controle estrito e punição de dirigentes (*euthunai*, ostracismo e outros procedimentos de controle) – em Argos, Mégara, Siracusa, Cirene, QuersonesoTáurico, Téos, Tebas e outras; mandatos curtos (um ano ou mesmo seis meses), ou escolha por sorteio, ou pagamento pelo exercício de funções públicas ou pela presença nas reuniões políticas – em Crotona, Siracusa, Erétria, Rodes, Camarina e outras; líderes populares “ativistas” (demagogos, *prostataitoudemou*) – em Cirene, Siracusa, Rodes, Argos, Élis, Tebas, Mantinéia, Córcira, Cós, etc.; forte apego ao espírito de liberdade e de igualdade (culto de Zeus Eleutherios, isegoria, parrhesia, “participação de metecos”), indicados pelas fontes em Siracusa, Himera, Sicione, Corinto, Tebas e outras. Os dados sobre os locais de reunião do povo mostram uma situação comparável à de Atenas: capacidades amplas, mas para apenas uma parte do povo (10%, 15%, 20% segundo os casos e segundo as possibilidades de avaliação a partir das fontes, muitas vezes difíceis). Mas parece ser essa a ordem de grandeza em cidades como Argos, Mantinéia, Megalópolis, Siracusa. Isso significa uma participação importante ao longo do tempo, mas também certo grau de apatia política e de não participação consideradas como normais. Em seguida, ele ataca “falsas ideias” sobre as democracias (p. 320). Por exemplo, a ligação necessária entre poder naval e poder popular. Ele examina os casos de Atenas, Corinto, Samos, Egina, Córcira, Foceia, Siracusa, Táranto e Rodes. E mostra: que o poder naval só está presente numa minoria de democracias (48 democracias conhecidas nunca foram potências marítimas); que, em muitas potências navais, a época desse poderio não coincide com as fases democráticas da história dessas cidades, ou não unicamente; e que muitas oligarquias e tiranias foram potências navais. Ou seja, o poder naval não é inerente e não é uma condição da democracia. Outro questionamento bem-vindo: certos historiadores quiseram aplicar à Antiguidade a “regra” da “democraticpeace”, segundo a qual as democracias não fazem guerra umas com as outras – princípio que parece se verificar na época contempo-

rânea. O autor contesta – com facilidade – essa afirmação, com numerosos exemplos de guerras entre democracias antigas: Atenas contra Siracusa em 415; Táranto contra Thourioi, *c.* 440; Tebas contra Plateia em 373; Atenas contra Anfípolis, *c.* 360; Atenas contra Bizâncio, Cós e Rodes, em 357-355. Quanto a uma possível “solidariedade” militar maior entre as democracias, a opinião do autor é mais nuançada: não há uma regra, mas as evidências são mais numerosas quanto a tais ajudas. As variações no seio das democracias são numerosas (muito numerosas): condições da cidadania; condições censitárias para a participação política; ocupação econômica principal do povo, frequência da participação e força da sua vontade política ou da lei. Em muitos pontos essas democracias variaram enormemente, e o vocabulário democrático, de uma infinita riqueza e variedade, parece mostrar uma grande autonomia dessas diversas experiências. Esse livro é muito útil para relançar o debate sobre a democracia antiga porque o descentraliza, contribuindo para recolocar Atenas no seu justo lugar (muito importante, mas não escondendo as outras experiências). E pode contribuir para relançar a discussão sobre essa organização política em geral: já que ela foi tão diversa, tão variada, na Antiguidade, será que não seria preciso sermos mais abertos, deixando de exigir uma conformidade completa em relação a apenas um modelo democrático, que é forçosamente não exportável em sua totalidade para o resto do mundo, já que é o resultado da contingência e de uma história particular? Não seria necessária uma maior tolerância em matéria política para promoção e salvaguarda de uma “diversidade” política democrática? Cada um com a sua democracia, desde que ela seja uma autêntica democracia! É o que milhões de pessoas esperam em vastas regiões do mundo de hoje.

Ainda quanto às grandes correntes de interpretação no estudo da política antiga, temos um livro de enorme importância, o de Josiah Ober (OBER, 2008), sobre as relações entre democracia e conhecimento. J. Ober, professor em Princeton até 2006, em seguida em Stanford, é um dos grandes nomes do debate atual sobre a Grécia clássica, sobretudo sobre a democracia ateniense. Ele nos propõe um livro para examinar quando e por que a democracia funciona bem; como e por que o governo democrático direto produz riqueza, poder e segurança. Para ele, a chave do sucesso ateniense reside na maneira pela qual a cidade era organizada e gerida quanto à agregação e à distribuição do saber entre os seus cidadãos. Ober já foi chamado (por John Keane) de “o George Grote do nosso tempo”, pois, para ele, a de-

mocracia não é apenas o regime mais desejável de um ponto de vista ético, mas também o mais apto a gerar inovação e conhecimento na coletividade. Ele propõe uma coisa que tinha sido frequente outrora, mas que quase desapareceu hoje em dia: fazer da Antiguidade o material por excelência da discussão e da teorização sobre a política, sobre a democracia, sobre a epistemologia, etc. Em suma, recolocar a Antiguidade no centro das ciências sociais, o que foi durante muito tempo o seu lugar. Ober é, sem dúvida, um pensador democrático da democracia; seu trabalho erudito é uma obra de combate político, profundamente mergulhada nas lutas do momento. Nesse livro, seu argumento geral é o de mostrar que a chave do sucesso do modelo *poliade* – e, mais ainda, do modelo ateniense – foi uma maior e mais eficaz distribuição do conhecimento, casada a uma melhor consideração do conhecimento de cada um (de “qualquer um”, no limite), num sistema aberto de tomada de decisão. Se essa visão é correta, diz Ober, não há nenhuma razão para aceitar que o papel do cidadão numa democracia moderna seja limitado a, de tempos em tempos, escolher entre os grupos da elite em competição, com base numa filiação partidária. Não saberíamos dizer isso melhor que Ober. Eis um livro importante, profundo, muito bem documentado, um livro que é um exame da democracia antiga e defesa de uma democracia contemporânea renovada, sendo o autor um democrata de convicção e de combate. É verdade que certos aspectos de seu trabalho não deixarão de chocar os que foram formados numa tradição europeia: 1) suas muito vastas e profundas analogias entre os sistemas políticos e o mundo das empresas e das corporações (HP, Xerox, GM e muitas outras), analogias misturadas nas mesmas explicações. Ainda que seu objetivo (no limite) seja a democratização das empresas privadas também, o que teria um alcance imenso para o nosso mundo, isso não deixa de surpreender um leitor não americano; 2) ainda que seu objetivo seja o de demonstrar que um sistema democrático aberto e participativo amplifica, distribui amplamente, desenvolve e beneficia ao mesmo tempo o conhecimento (o que é meritório e, usemos a expressão, tem um alcance civilizador), isso não deixa de colocar a performance no centro das preocupações do historiador (do sociólogo, do teórico da política). Com suas boas intenções (que não estão em causa no que digo aqui), há também, na *démarche* de Ober, certo horizonte de “culto da performance” que pode chocar alguns leitores (eu, inclusive) – e isso, apesar da enorme simpatia e do profundo respeito que me inspira o seu trabalho. É verdade que o risco do anacronismo não é mui-

to grande, já que o caráter agonístico da cultura grega não precisa mais ser demonstrado. Mas a questão que se coloca, o risco principal, é de natureza política. Será que somos obrigados a aceitar tão passivamente esse critério de competição e de performance no centro da análise histórica? Penso que não, e que é até nosso dever – nós, os especialistas da cultura grega antiga – sermos os primeiros a fazer a crítica desse critério que, se foi criador ao longo da História, mostra hoje os seus limites e não parece ser o melhor para preparar o nosso futuro coletivo. Estimo que essa maneira de ver a sociedade como uma empresa e o uso do vocabulário e da teoria da gestão empresarial como instrumento de análise histórica – hoje em curso, nos Estados Unidos e em outras partes – representam um grande perigo sob os pontos de vista heurístico e político.

Abordemos agora alguns problemas políticos que encontraram eco importante na historiografia recente. Para começar, um livro interessante de Carine Doganis (DOGANIS, 2007), que levanta uma questão fundamental: a delação é democrática? Vivemos um longo período de pouco interesse pela questão. As grandes sínteses sobre o tema datam já de muito tempo atrás. Uma das razões, sem dúvida, poderosa, foi o descrédito político e moral da prática da delação, ligada aos excessos durante o nazismo, o fascismo, na França a colaboração com o nazismo, e suas consequências desastrosas para os judeus da Europa em especial. Ora, assistimos, no final do século XX, à emergência de uma nova forma de legitimidade da denúncia-delação – ligada, em especial, à repressão da pedofilia, dos sequestros, do assédio sexual, e a outras “questões de sociedade” que podem chegar a fatos menores, como o furto em vias públicas – com a instalação de telefones de urgência, sistemas de alarme, etc., o que foi tanto mais significativo quando veio acoplado a novos e poderosos meios técnicos de controle (vídeo-vigilância, testes de ADN, documentos de identidade biométricos e outros). A questão contemporânea rapidamente produziu seus efeitos na historiografia da denúncia-delação antiga, e esse livro é um deles. A questão de fundo que se coloca é a de saber se a delação é inerente à democracia ou um desvio malsão dela. No aprofundamento de uma sociedade mais democrática, no sentido de mais participativa, teríamos nós apenas coisas a ganhar, ou também nos arriscamos a perder conquistas importantes? São, pois, as questões da “transparência”, da natureza das relações entre o público e o privado, e as diversas dimensões de uma sociedade “participativa” (que corre o risco de se tornar “policial”) que estão colocadas

para as nossas sociedades – e que, outra vez, conferem pertinência ao tema da denúncia na Antiguidade. No livro, ainda que Doganis se apegue, no final do texto, à ideia da sicofancia como prática “abusiva” da democracia (p. 199), sua *démarche*, que coloca a distância nossas “democracias plurais” e uma democracia ateniense que seria “de massa, radical e total”, permanece à margem do mais importante, ao sugerir que a atual exigência de transparência total da vida social e política não é da mesma natureza (e que, portanto, não carrega os mesmos perigos) da sicofancia antiga. Temos o direito de duvidar.

Outra questão contemporânea fundamental: a vigilância social forte e onipresente, cada vez mais com poder de sanção (social, política e até judiciária), não estaria matando a “franqueza da palavra”? Em outras palavras, o “politicamente correto” não viria a ser a maior ameaça atual à liberdade democrática? Eis um tema que pode ser esclarecido pelo livro de Arlene Saxonhouse (SAXONHOUSE, 2006) sobre a liberdade de palavra e a democracia na Atenas antiga. Saxonhouse trabalha com as noções de *parrhésia* e *aidôs*, num paralelo evidente (o que não significa sinônimo) com liberdade de palavra e politicamente correto. No seu livro, ela mostra tanto a presença e a importância dos modelos e das fontes antigas no decorrer do debate moderno sobre a questão, quanto a diferença fundamental derivada do fato de que, na democracia ateniense, a liberdade de palavra era um instrumento da participação, pela simples razão de que não havia um governo concebido como estando fora do “povo” e que, então, pudesse se configurar em um perigo para o povo no seu conjunto ou para os indivíduos. Ela também aborda o processo de Sócrates, tema inevitável em tal discussão. Examina essa questão permanente da contradição entre um grande praticante da *parrhésia* e uma cidade que fez de tal noção um pilar da sua forma de viver – que isso tenha resultado num processo e numa morte, eis o que nunca os intérpretes deixaram de interpelar, da Antiguidade até os nossos dias. As interpretações se multiplicam e a autora as apresenta em resumo, numa análise bastante equilibrada. Os pró e os contras Atenas se sucedem. Considero que esteja correta ao dizer que é preciso examinar o processo no contexto da Atenas antiga, e não na língua de nossos dias, relativa à liberdade de opinião. Segundo Saxonhouse, não se trata de tolerância religiosa, nem de liberdade de palavra, nem mesmo de respeito da democracia por seus próprios valores: na verdade, esse conflito aponta para “*thetensionbetweenthewillingnesstoopenlyspeak ‘thetruth’ (...) andtherespect for whati-*

soldandtraditionallybindscitiestogether in a Protagoreanfashion” (p.111). Ela desloca assim a discussão, e não há uma condenação de Atenas. Em relação a outro tema-chave, os limites da *parrhésianas* assembleias, há claramente uma visão negativa da autora: a franqueza é, segundo ela, impossível. Isso me parece severo demais, ainda que se deva reconhecer que os discursos são muito “modelados” pela recepção, sem qualquer dúvida. E essa discussão pode evidentemente ser colocada em relação com o discurso político contemporâneo e sua tendência quase existencial a cair no que se costuma chamar, na tradição francesa, de “*langue de bois*”, discurso pré-formatado, que preenche o tempo evitando dizer a verdade.

Observemos também a dificuldade, nos nossos dias, de tratar a questão da colonização. As experiências traumáticas das sociedades contemporâneas com a questão da imigração dos antigos povos colonizados, os debates apaixonados recentes sobre os efeitos da colonização, as tentativas, por parte da direita francesa, de recolocar no debate público – e até na lei! – as supostas “benfeitorias” da colonização, tornaram muito delicada a tarefa dos historiadores que desejam tratar desse assunto na Antiguidade. É o que mostra o livro coletivo dirigido por C.-G. Schwentzel (SCHWENTZEL, 2012) sobre “as diásporas gregas”. Posição ainda mais delicada, no caso, por se tratar de um livro para a preparação dos concursos da educação nacional da França, assunto que sempre tem grande repercussão na mídia e é, por isso, propício às polêmicas políticas, quando não politiquieras. Vemos traços desse medo na obra, já que as linhas de força para a análise indicadas pelos autores são a abordagem em termos de “diásporas” e não de “colonização”, a multiplicidade dos motivos da expansão e suas modalidades, o vaivém das influências recíprocas, a recusa em hierarquizar as culturas entre grega e não gregas, a recusa em adotar o tom de denúncia da colonização em termos de rapina. Ou seja, a aspiração a uma abordagem “neutra” da questão. Esse livro “para concurso” possui as qualidades (informativas) e os defeitos (formatação excessiva) dos livros de preparação aos concursos. Mas temos, apesar disso, uma síntese útil, atualizada, sobre um tema antigo (a “colonização”), revisto e alargado de acordo com uma nova perspectiva (“as diásporas”). Ele corresponde, do ponto de vista historiográfico, a um momento em que já estamos afastados da colonização e até da descolonização contemporânea (mais de meio século). Não é, portanto, surpreendente ver esse afastamento impactar a abordagem da expansão grega da Antiguidade.

Os discursos do tipo “as mulheres (ou os escravos, ou os estrangeiros, etc.) eram sujeitos históricos importantes, ativos, e não excluídos” deixam-me, na maioria das vezes, um pouco cético, tanto em relação à pertinência das análises quanto em relação a sua utilidade no debate político contemporâneo. Digamos que, em seu livro sobre os metecos, Saber Mansouri (MANSOURI, 2011) conseguiu reduzir minhas dúvidas à sua expressão mínima, o que está longe de ser um pequeno efeito. O tema (em si) tem sido menos abordado do que outros, nos últimos anos, e um novo estudo de conjunto sobre os metecos era necessário. Vemos claramente que, como pano de fundo, está a questão dos estrangeiros e dos imigrantes no mundo desenvolvido. Em relação a tal assunto, isso é inevitável, justificado e até desejável. Além disso, o autor é atento aos riscos da abordagem: sua insistência em mostrar que a questão não se colocava em termos de “tolerância” ou de “racismo”, no caso ateniense, e sim em termos pragmáticos, de interesse, é a melhor prova dessa consciência. Desenvolve a formulação dos metecos como “atores políticos incompletos”, que não me parece ser uma má ideia. Mostra a participação frequente dos metecos na guerra; mostra que os critérios para julgar os “bons” e os “maus” metecos são muito similares (respeito à lei, defesa da cidade, participação nas despesas públicas) aos critérios aplicados aos cidadãos. Mostra também que eles partilham o espaço político informal: são excluídos da Pnix e dos outros espaços institucionais, mas estão plenamente à vontade na ágora. Essa defesa de uma participação política dos metecos na “democracia de opinião” através da partilha dos mesmos espaços sociais (ágora, mas também lojas, ruas, etc.) com os cidadãos é bastante convincente. É verdade que tal posição comporta o risco de superestimar o peso da “formação da opinião” em detrimento do debate real e da votação das leis, feitos nos espaços institucionais fechados aos metecos, mas ela possui, a meu ver, o grande mérito de tirar credibilidade de uma interpretação inversa e bem pior, aquela que tende a reduzir a ágora a uma espécie de “shopping center” das cidades gregas. O capítulo central do livro é o IV, “Atenas vista por Lísias: o intelectual democrata, o pensador e o historiador da democracia ateniense”. Ele se apresenta, em um pouco menos de trinta páginas, como um condensado da figura de Lísias, segundo as três dimensões atribuídas pelo autor: intelectual democrata, pensador da democracia, historiador da democracia. Numa cidade democrática que conheceu tantos pensadores hostis ao sistema e que, globalmente, não sentiu a necessidade de se justificar teoricamente,

contentando-se em viver a democracia, coube a um meteco, Lísias, o papel de pensar o regime, e de pensá-lo de uma forma que incluía os metecos num lugar importante em seu interior. Sim, os metecos eram importantes para a cidade, eles estavam, de certa maneira, “em coerência” com o regime democrático que globalmente apoiavam. Mas não se deve esquecer o outro lado das coisas, que o autor, muitas vezes, minimiza: os preconceitos frequentes, o desprezo por vezes, eram bem reais em relação aos metecos. E, no que se refere a Lísias, não se pode esquecer que nem esse “meteco ideal” obteve a cidadania ateniense que tanto desejou, cuja recusa pela cidade alimentou sua amargura em relação à ingratidão dos cidadãos. Eu diria que tudo depende do conteúdo que se quiser dar a “político”. Os estrangeiros-imigrantes de hoje, sem direito de voto e inelegíveis, desempenham um papel “político”? Segundo essa visão, com certeza. Basta afirmar isso e parar por aí? É nesse ponto que se encontra toda a ambiguidade da *démarche* e da resposta de Mansouri. Quanto ao mais, ele encontra um bom equilíbrio geral em sua visão: “Pensamos que os historiadores modernos devem reconsiderar essa aparente ambiguidade, essa distância entre uma Atenas institucional, formal, no seio da qual todas as categorias políticas, sociais e jurídicas funcionam por oposição e por exclusão, na qual as fronteiras são nítidas, bem definidas e imóveis, e uma Atenas informal, não institucional, cotidiana, que se vê claramente fora das instituições, na qual as fronteiras políticas, institucionalizadas, não funcionam mais. Essa distância e essa ambiguidade são ilustradas pelo caso dos metecos: eles são atenienses sem sê-lo institucionalmente” (p. 138). O livro contém um bom resumo e um bom questionamento quanto ao uso que sempre foi feito (e que continua a ser feito) pelo Front National do “modelo” ateniense de exclusão dos estrangeiros, na linha da crítica que foi feita na época (uns vinte e cinco anos atrás) por Nicole Loraux a um discurso da Sra. Stirbois na Assembleia Nacional francesa – um tema e uma ameaça que permanecem sempre atuais, que exigem a intervenção dos especialistas do mundo antigo no debate político geral. Mansouri intervém, e faz muito bem em intervir. Sua abordagem é muito claramente “engajada”, na sua vontade de reconhecimento dos “imigrantes” nas sociedades ocidentais de hoje.

Neste início de século e de milênio, observamos nas nossas sociedades certo retorno, sob o modo do refúgio, a casa, à família, a círculos outros, diferentes do “grande círculo” da política sob a forma da Nação, do Estado ou até da República. Esse é um dos elementos de explicação, penso eu, do

recuo relativo dos estudos sobre a Grécia arcaica e clássica no panorama geral dos estudos sobre a Antiguidade, momento que outrora era privilegiado justamente por ter sido a origem histórica da política e da república. E isso explica também, no interior dos nossos estudos, um interesse renovado pelas outras dimensões da vida social que não sejam a vida política no estrito senso, mas uma nova maneira de encarar a política na Grécia pelo viés de outras instâncias, outros momentos, outros lugares da vida coletiva.

Penso que bons exemplos disso são certas publicações recentes, como o livro de Lisa Nevett (NEVETT, 2010) sobre o espaço doméstico na Antiguidade, no qual a autora nos propõe descobrir o que poderíamos chamar “uma política do espaço doméstico”. Ela defende o ponto de vista segundo o qual se, no passado recente, as casas e as famílias se tornaram objeto de pesquisa cada vez mais importante, seu potencial como fonte de informação sobre as questões sociais e históricas mais amplas ainda está por ser explorado. Por outro lado, afirma que uma maior importância e uma maior independência devem ser atribuídas à cultura material como fonte para a história antiga. A autora coloca as questões das relações entre textos e arqueologia, e assinala uma maior diversidade de habitações do que normalmente se considera ter existido. Aponta o perigo que nos ameaça, com a tendência a interpretar as escolhas de organização e agenciamento dos espaços de vida segundo nossos critérios contemporâneos. A interpretação dos dados passados não deve ser por demais imediata, já que nos faltam, para as casas antigas, muitas chaves de leitura e informações concretas tanto no nível das mobílias quanto no próprio plano das estruturas arquitetônicas. Torna-se muito perigoso assimilar as casas dos antigos e sua organização às nossas, pois isso resulta, em geral, numa simplificação abusiva do passado. Mas, para a autora, esse perigo e essas diferenças devem ser vistos como um estímulo, como uma verdadeira oportunidade de análise, uma ocasião única de melhor perceber as culturas grega e romana pelo viés do espaço e do tempo. Mas nem por isso renuncia às analogias e evocações contemporâneas, fazendo um amplo uso comparativo do filme de sucesso *O casamento grego* (*My Big Fat Greek Wedding*), num paralelo direto e sem complexos entre o mundo antigo e o nosso mundo. Sua abordagem possui muitos méritos: enquanto nos estudos mais antigos a arqueologia só aparecia no final, para “ilustrar” o argumento elaborado a partir das fontes escritas, aqui os textos aparecem (e nem sempre) *in extremis*, apenas para confirmar conclusões já tiradas unicamente das fontes arqueológicas

– o que é uma abordagem um pouco desequilibrada, num sentido inverso. Para além das diferenças muito numerosas entre os diversos contextos antigos estudados, uma constante: a estocagem, a preparação e o consumo de alimentos e bebidas. Outra linha mestra: a recepção dos convidados, entendida como uma atividade importante das elites, e a vontade de bem impressionar os convidados. Outro fato marcante: a elaboração, o espaço e a complexidade crescentes mostram um aumento considerável de meios, sinal de um importante crescimento econômico, pelo menos na longa duração do mundo antigo. Essas estruturas permitem pensar as relações entre o “público” e o “privado”. Ainda que com as nuances que se impõem em relação à modernidade, vemos que as casas de um cômodo do início da idade do ferro na Grécia não demonstram um desejo de separar ou de esconder, e sim uma tendência a se integrar com a comunidade. As casas da época clássica, com *andron*, porta, etc., permitem isolar os visitantes e separar os ocupantes da casa. A porta única permite o controle reforçado das entradas e saídas de pessoas. Isso implica um conceito de *privacy* tanto no nível interno quanto em relação ao mundo exterior. A autora mostra que a evidência material “sugere”, mas não “prova” quase nada: em todas as épocas, pode ser pervertida ou contornada. Ao contrário, nas casas campanianas por ela estudadas, é a permeabilidade entre o interior e o exterior que parece ser a ideia norteadora do espaço. Portanto, se há sempre uma concepção do “privado” nos diversos contextos analisados, isso parece se exprimir de maneiras muito variadas, inclusive no interior de uma mesma comunidade. Na Grécia clássica, o *andron* fornece aos homens um lugar de sociabilidade com seus convidados, separado dos outros moradores, uma espécie de expressão material da cidadania e uma salvaguarda da legitimidade dos herdeiros. Em Delos, ao lado das necessidades da sociabilidade, afirma-se uma necessidade de demonstrar riqueza e bem-estar. Com o mosaico da Dominus Julius, caso norte-africano que Nevett apresenta, o pertencimento a um grupo se alarga ao conjunto mais amplo da elite do império romano. A autora nuança ainda mais seu argumento, sugerindo que os elementos de estrutura doméstica podiam ser “lidos” em diferentes níveis, de acordo com o status pessoal, o gênero, a experiência e os valores dos envolvidos. Aponta ainda algumas pistas de pesquisa: uma maior atenção às estruturas domésticas mais modestas; o ponto de vista de pessoas menos visíveis nos textos, como os escravos em Pompeia ou os habitantes de casas menores em Delos. Ela defende uma ultrapassagem das diferenças entre “história

antiga” e “arqueologia clássica”, afirmando a validade de uma abordagem em termos de “espectros temporais” superpostos; e, no campo em questão, uma convergência das discussões dos arqueólogos sobre as “casas” e das discussões dos historiadores sobre as “famílias”. Podemos medir com esse livro o esforço de renovação dessa problemática antiga referente às casas.

Outra abordagem interessante e inovadora foi empreendida por Florence Gherchanoc (GHERCHANOC, 2012) no seu estudo sobre as festas familiares e a sociabilidade na Grécia. Sua abordagem, promissora, consiste na proposta de estudar o *oikos* nas redes de sociabilidade. Ela diz: “os laços que se estabelecem e se desenvolvem no interior da família tal como a definimos aqui nunca foram abordados em si mesmos num estudo global, mas sempre através de análises específicas, sem a preocupação de interrogá-los colocando-os em paralelo, por exemplo, com as festas e celebrações que ritmam a vida de um *oikos*. Além disso, salvo exceção, o *oikos* não foi pensado enquanto grupo preso em uma ou em mais de uma rede de sociabilidade. Com efeito, na corrente historiográfica atual, a família é quase sempre excluída do campo de apreensão da sociabilidade. Entretanto, tal procedimento permite esclarecer de outra forma e paralelamente os termos ‘família’ e ‘sociabilidade’. É nessa dupla perspectiva que este livro se inscreve” (p. 18-19). A autora estuda os diversos momentos festivos de um *oikos*. Podemos dizer que encontrou uma maneira relativamente original de abordar as relações entre os *oikoi* e a *polis*, e de reavaliar as relações sociais tecidas no *oikos*, “representadas” (em sentido teatral) na cidade. Mostra que o laço familiar é, antes de tudo, um laço social. O *oikos* é, a uma só vez, aberto e fechado: “Não se nasce membro de uma família ou familiar de um *oikos*, torna-se membro” (p. 206) – “onledevient”, no original francês, diz ela, numa bela fórmula inspirada por Simone de Beauvoir e o “tornar-se” mulher. E, sobretudo, mostra que são os rituais de sociabilidade que conferem a uns e outros as qualidades de *suggeneis*, *oikeioi*, *philoï*, membro da família ou próximo dela. Comunidade de vida, de culto, de mesa, o pertencimento é reafirmado todos os dias e define o grupo fechado, sua identidade, sua coesão, excluindo os estrangeiros a ele. Mas, uma vez isso assegurado, a família se abre a um espaço de sociabilidade mais amplo e tece suas redes de relações mais vastas (consanguíneos, aliados, hóspedes, vizinhos, amigos). Essas relações são prolongadas em grupos intermediários entre *oikoi* e cidade, como as associações. E as festas, sacrifícios, comensalidade, danças, procissões, presentes, são os operadores da definição

dos contornos e das fronteiras do *oikos*, que não são nem estáticas nem totalmente (ou simplesmente) legais. Gherchanoc explica que “na cidade, o domínio familiar e o domínio político se construíram de forma concomitante. Em cada um desses espaços, supondo-se que existe tal dicotomia, a sociabilidade garante a coesão. Estruturando a vida dos cidadãos, ela permite a cada indivíduo participar de um e de outro, e tecer a sua própria rede relacional. Não há de um lado o *oikos* e de outro lado a cidade: cada pessoa pertence a círculos diferentes mas que se comunicam e constituem no conjunto a cidade como uma soma de individualidades e de identidades. Em cada círculo, um cidadão reencontra muitas vezes os mesmos indivíduos, mas renova e reafirma com eles relações de natureza diferente” (p. 208). Vemos de que maneira essa atenção dada à família e à vida doméstica contrasta com abordagens que pretendem mostrar que a *polis* basta para tudo explicar: nós somos convidados a olhar as famílias, as associações e a *polis* como um mesmo conjunto coerente.

Outra peça importante no vasto trabalho coletivo de “repensar a cidade grega” é a contribuição de Paulin Ismard (ISMARD, 2010) sobre as associações atenienses. Seu trabalho nos parece formular a questão essencial acerca da natureza da cidade grega: cidade-Estado, cidade-sociedade ou, como ele sugere, “cidade das redes”? Trata-se da retomada de um tema antigo, mas muito renovado nos últimos tempos, a saber, as associações atenienses, que ele estuda em sua globalidade, desde o arcaísmo até o período helenístico. O autor examina sucessivamente as relações entre as associações atenienses e a cidadania de Sólon a Licurgo, a construção do fato associativo em direito ateniense, os sistemas culturais associativos e as associações da Atenas clássica entre crédito privado e finanças públicas, entre outros assuntos. Isso permite a ele medir “a variedade das escalas” na expressão da vida ritual ateniense, e a riqueza das relações culturais entre diferentes comunidades. Examina muito concretamente várias articulações entre práticas associativas e religião cívica. O resultado é mostrar certo reducionismo da vida ritual ateniense quando é abordada unicamente sob o ângulo da religião cívica. Para ele, o *koinon* ateniense é plural, e a sociedade ateniense da época clássica é “despolarizada”. Sua abordagem, em ruptura com o “holismo” durkheimiano, tem por objetivo ultrapassar os termos da controvérsia sobre a natureza da *polis*, cidade-Estado ou cidade-sociedade. Ele pretende fazer isso localizando “certo nível de atividade cívica e escalonar no seio de um conjunto de práticas comunitárias de horizontes

muito diversos, precisando a cada momento os modos de articulação que as associam” (p. 275). Podemos estar de acordo ou não com suas conclusões. Mas é inquestionável que sua abordagem traz um enriquecimento considerável ao debate. Mas é preciso dizer também que a impressão global que emana de seu texto não é a de uma ultrapassagem da controvérsia citada, e sim de um sensível reforço da ideia de uma “cidade-sociedade”. O que resulta de sua análise é que ele mostra que a democracia ateniense deve sua longa duração à existência de uma vida comunitária que, entre a família e a cidade, construía laços sociais. Demos e fratrias, *gene*, *tiasos*, *orgeons*, sínodos, *eranoi*, eram quadros através dos quais os cidadãos tomavam parte na democracia. Essas associações possuíam práticas culturais, possuíam terras e bens, designavam seus magistrados, votavam leis e decretos. A cidade aparece, assim, como um conjunto de entidades, como uma série de redes, longe da imagem de uma cidade una e indivisível. Ismard chega a afirmar que é o pertencimento a múltiplas instâncias que faz com que a democracia se construa como “sociedade aberta” (p. 410). Esse livro se afirma como uma referência obrigatória no debate sobre as associações antigas e, tendo acabado de nascer, é, desde já, um clássico sobre a questão. E vai além disso: inscreve-se poderosamente no trabalho de renovação dos estudos sobre a *pólis*.

Vemos, portanto, que, num campo de estudos como o nosso, com seu rico e longo passado, muitas das tradições da erudição perduram, algumas da mesma forma, outras sob novas formas. Mas essas tradições tendem a se tornar ainda mais localizadas, ainda mais confidenciais do que antes. Além disso, observamos grandes tendências em que podemos identificar um maior impacto das evoluções políticas, sociais, econômicas, intelectuais e culturais atuais. Assim, ao lado de uma história institucional da *polis*, temos trabalhos relacionando os sucessos da democracia ateniense com as performances das grandes empresas do capitalismo mundializado. De maneira geral, há um movimento de descentramento: descentramento em relação à cidade-Estado, que aparece muitas vezes como apenas uma das formas de organização dos gregos antigos, recolocada outra vez na grande diversidade do mundo antigo; descentramento do próprio modelo *poliade*, com Atenas deixando de ser o ponto central obrigatório na análise; descentramento em relação a Atenas, inclusive enquanto cidade democrática, com a valorização de outras democracias gregas. Os problemas políticos do mundo atual lançam luzes sobre questões análogas do mundo antigo,

a corrupção e as questões da transparência no funcionamento de nossas democracias, mas também as delicadas relações entre vida privada e direitos da sociedade, a questão da liberdade de palavra ameaçada pelo politicamente correto encontra um campo de debate interessante na análise da “franqueza” nos discursos antigos; o espaço dos “affaires”, a atenção dada aos tribunais, com suas repercussões espetaculares no desenrolar da vida política, conferem um grande interesse às relações entre justiça e política no âmbito do tribunal popular ateniense; os violentos debates quanto à memória da colonização moderna e contemporânea, de certa forma, levam a “desconstruir” a colonização antiga e a tratá-la em termos de “diásporas”. O espaço ocupado no mundo desenvolvido, nos últimos trinta anos, pelo debate sobre os “imigrantes” recoloca os metecos de Atenas diante da cena da história e obriga a discutir se eles eram um grupo passivo de excluídos ou atores plenos, não apenas na vida da cidade, mas até na vida política. A política da cidade-Estado, por outro lado, se encontra relativizada pela atenção crescente atribuída aos níveis da vida doméstica, da vida familiar e das redes associativas. A visão da política antiga tende a se tornar menos holística e mais compósita, certamente sob o peso do “retorno a si mesmo” nos níveis individual, familiar e comunitário nas sociedades de hoje em dia. Esquecidos de ontem retornam ao primeiro plano: a volta das guerras de grande alcance, o prestígio dos generais americanos recolocam a história militar num posto de destaque, por vezes com bons resultados, outras vezes sob a forma da volta à velha história-batalha; a biografia, sobretudo, é uma das grandes vencedoras do momento, e muitos voltam a acreditar que os indivíduos têm grande influência no curso da história do mundo, coisa em que muito poucos acreditaram durante a última geração, ou as duas últimas. E vemos, então, a multiplicação das biografias de grandes figuras da Antiguidade, aqui também com resultados mais ou menos felizes. Os avanços da União Europeia e as dúvidas que ela suscita levam à interrogação sobre o passado antigo da “Europa”, sua identidade, seus contornos, suas fronteiras; as crises alimentares que ocupam a nossa mídia alimentam o interesse pelas questões análogas no mundo antigo; o lugar assumido pelo esporte de massa, o dinheiro que ele movimenta e a visibilidade pública de seus feitos e dos seus escândalos abrem caminho a estudos sobre os jogos ou sobre os concursos do mundo grego, com picos inevitáveis nos anos de olimpíadas modernas; a ecologia, um dos campos mais geradores de ansiedade no nosso tempo, também faz uma entrada retumbante nas publicações sobre a Antiguidade.

Temos aí algumas das grandes tendências desse esforço em curso para dar sentido ao estudo da Antiguidade em geral, e da Grécia em particular. Isso é salutar enquanto preocupação, isso é benéfico quando feito com consciência e com pertinência. Isso é, sobretudo, inevitável, especialmente em época de transformação acelerada como a nossa.

POLITIQUE ET COMMUNAUTE EN GRECE: TENDANCES RECENTES DANS L'HISTORIOGRAPHIE

Resumé: Ce travail a pour but d'identifier et d'analyser quelques unes des tendances récentes dans l'historiographie sur la Grèce ancienne, en rapport avec les changements en cours dans le monde actuel, notamment dans les domaines de la politique et de la vie communautaire.

Mots-clés: historiographie; Grèce antique; politique; communauté; XXI siècle.

Bibliografia

AZOULAY, V. **Périclès**. La démocratie athénienne à l'épreuve du grand homme. Paris: Armand Colin, 2010.

AZOULAY, V. P. ISMARD, P. (Org.) **Clistène et Lycurgue d'Athènes**. Autour du politique dans la cité classique. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.

BEARZOT, C. **Vivere da democratici**. Studi su Lisia e lademocraziaateniesi. Roma: L'“Erma” di Bretschneider, 2007.

BOELDIEU-TREVET, J. **Commander dans Le monde grec au V siècle avant notre ère**. Besançon:Pufc, 2007.

BROCK, R., HODKINSON, S. (Org.) **Alternatives to Athens**. Varieties of Political Organisation and Community in Ancient Greece. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CARTLEDGE, P. **Ancient Greek political thought in practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CORVISIER, J.-N. **Bataille de Chéronée**. Printemps – 338. Philippe II, roi de Macédoine et le futur Alexandre le Grand. Paris: Economica, 2012.

DOGANIS, C. **Aux origines de la corruption**. Démocratie et délation en Grèce ancienne. Paris: PUF, 2007.

- FOSTER, E. **Thucydides, Pericles and Periclean imperialism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GHERCHANOC, F. **L'oikos en fête.** Célébrations familiales et sociabilité en Grèce ancienne. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012.
- HANSEN, M. **Polis.** Une introduction à la cité grecque. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- ISMARD, P. **La cité des réseaux.** Athènes et ses associations. Paris: Publications de la Sorbonne, 2010.
- JOUANNA, D. **L'Europe est née en Grèce.** La naissance de l'idée d'Europe en Grèce ancienne. Paris: L'Harmattan, 2009.
- LARRAN, F. **Le bruit qui vole.** Histoire de la rumeur et de la renommée en Grèce ancienne. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2011.
- MALYE, J. (Org.) **La véritable histoire de Périclès.** Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- MANSOURI, S. **Athènes vue par ses métèques.** Paris: Tallandier, 2011.
- MOSSE, C. **Au nom de la loi.** Justice et politique à Athènes à l'âge classique. Paris: Payot, 2010.
- NEVETT, L. **Domestic space in Classical Antiquity.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- OBER, J. **Democracy and knowledge.** Innovation and learning in classical Athens. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- OSBORNE, R. **Athens and Athenian democracy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- QUEYREL BOTTINEAU, A. **Prodosia.** La notion et l'acte de trahison dans l'Athènes du V siècle. Bordeaux: Ausonius, 2010.
- RAAFLAUB, K., OBER, J., WALLACE, R. (Org.) **Origins of democracy in Ancient Greece.** Berkeley: University of California Press, 2007.
- ROBINSON, E. **Democracy beyond Athens.** Popular government in the Greek Classical Age. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ROMILLY, J. De. **La grandeur de l'homme au siècle de Périclès.** Paris: Editions de Fallois, 2010.
- SAXONHOUSE, A. **Free speech and democracy in ancient Athens.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006-2008.
- SCHMITT-PANTEL, P., POLIGNAC, F. de. (Org.) **Athènes et le politique.** Dans le sillage de Claude Mossé. Paris: Albin Michel, 2007.

- SCHMITT-PANTEL, P. **Hommes illustres.** Mœurs et politique à Athènes au V siècle. Paris: Flammarion, 2009.
- SCHWENTZEL, C.-G. (Org.) **Les diasporas grecques.** Paris: Atlande, 2012.
- SEBILLOTE-CUCHET, V. **Libérez la patrie.** Patriotisme et politique en Grèce ancienne. Paris: Belin, 2006.
- SHEAR, J. **Polis and Revolution.** Responding to Oligarchy in Classical Athens. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- TAMIOLAKI, M. **Liberté et esclavage chez les historiens grecs classiques.** Paris: PUPS, 2010.
- THOMMEN, L. **An environmental history of Greece and Rome.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek Polis.** Ancient Greek History beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WERLINGS, M.-J. **Le dèmos avant la démocratie.** Mots, concepts, réalités historiques. Paris: Presses Universitaires de Paris Ouest, 2010.